



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

Participação n.º 1/2011 CJ

Participante: Câmara Municipal de Matosinhos

Participado: Eng. Luís Jorge Chaves de Almeida e Sousa

Parecer do Conselho Jurisdicional:

I - Relatório

1. Deu entrada nos serviços da Região Norte da Ordem dos Engenheiros, a 22/02/2011, uma participação, subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, doravante participante, contra o Eng. Luís Jorge Chaves de Almeida e Sousa, membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, titular da Cédula Profissional n.º 20302, doravante participado ou Eng. Luís Almeida e Sousa (fls. 1 a 11).

2. Segundo a participante verificou-se que, o Técnico Eng. Luís Almeida e Sousa, intitulou-se Diretor Técnico da Obra, com o objetivo de atestar a conformidade da obra de acordo com o projeto aprovado e licenciado. No entanto, e em confronto com os elementos constantes do processo de licenciamento da edificação, constatou-se a inexistência de indícios que pudessem comprovar a sua intervenção na obra.

3. O Conselho Disciplinar da Região Norte notificou o participado, com ofício de 27 de Maio de 2011, para vir aos autos pronunciar-se sobre os factos participados (fl. 12).

4. Em 30 de Junho de 2011, deu entrada no Conselho Disciplinar da Região Norte, a resposta do participado (fls. 13 a 17).

5. Em 27 de Dezembro de 2011, por ofício do Presidente do Conselho Disciplinar da Região Norte, foi remetida a presente participação ao Conselho Jurisdicional (fl. 18);

4. Por se ter verificado que o participado exerceu o cargo de vogal do Colégio regional de Engenharia Civil no mandato de 2001/2004, o Conselho Jurisdicional, tal como resulta do disposto na alínea d) do n.º 2 do art. 26º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho, e do art.º 9.º mormente do seu n.º 4, do Regulamento Disciplinar (RD), publicado no Diário da República II Série, n.º 164 de 18/07/2003, é o órgão disciplinar competente para tomar conhecimento, instruir e julgar em conjunto com o Conselho Diretivo Nacional, as participações apresentadas contra membros ou ex-membros dos órgãos dirigentes da Ordem.

5. A participação foi admitida e distribuída ao Relator, em sede de CJ, em 20 de Janeiro de 2012 (fl. 20)

6. O Presidente do CJ, em 26 de março de 2013, enviou um ofício à C.M. Matosinhos a solicitar mais elementos (fls. 25);

7. O novo Presidente do CJ, nomeado relator no processo em 13 de Maio de 2013, proferiu despacho na mesma data, para que se notificasse o Eng. Florentino Dias, para se pronunciar sobre os factos, na qualidade de testemunha (fls. 28 e 29);
8. Em 6 de Junho de 2013, insistiu-se com a C.M.Matosinhos para a entrega dos elementos já solicitados (fl. 32);
9. Em 23 de Junho de 2013, deu entrada no CJ, a pronúncia do Eng. Florentino Dias (fls. 33 e 34);
10. A Câmara Municipal de Matosinhos nunca respondeu ao solicitado.

II - Dos factos

a) Relevantes da participação (fls. 1 a 11):

- Em 19/01/2011, é instruído na C.M. de Matosinhos, o pedido de concessão de autorização de utilização com o Termo de Responsabilidade pela conformidade da obra, nos termos do preceituado no nº 1 do art. 62º e nº 1 do art. 63º do RJUE, para a obra sita na Rua João Mendonça, 529, na Senhora da Hora, cujo titular é a empresa "Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA;
- Inspeccionados os elementos instrutórios, verificou-se que, o Técnico Engº Luís Jorge Chaves de Almeida e Sousa, veio intitular-se como Diretor Técnico da Obra, com o objetivo de atestar a conformidade da obra de acordo com o projeto aprovado e licenciado;
- No entanto, e em confronto com os elementos constantes do processo de licenciamento da edificação, constatou-se a inexistência de indícios que pudessem comprovar a sua intervenção na obra, relativamente ao desempenho nas funções de Diretor Técnico da Obra em questão, face à falta de registos de acompanhamento do estado de execução da obra no livro de obra, e ainda do pedido de substituição previsto no nº 9 do art. 9º do citado diploma, no decurso de execução da obra;
- Mais se comunica que, a obra foi sempre acompanhada pelo Diretor Técnico da Obra, indicado no processo de licenciamento, conforme Termo de Responsabilidade por si subscrito, bem como, os registos efetuados no Livro de Obra.

b) Relevantes da resposta do participado (fls. 13 a 17):

- O participado foi, de facto, Diretor de parte da Obra identificada, nomeadamente da parte correspondente ao Restaurante Torre de Matosinhos;
- No entanto, formalmente, a obra em causa teve sempre como Diretor Técnico o Eng. Florentino José Vigário Dias;
- O referido engenheiro, foi também, de facto, Diretor da Obra, tarefa que partilhou com o participado, nomeadamente no que se refere à obra de construção do referido restaurante identificado como "Restaurante Torre de Matosinhos";
- A obra em causa consiste na remodelação do edifício Continente, edifício existente entre o Continente de Matosinhos e o denominado Norte Shopping, de grandes dimensões e a particularidade de permanecer em funcionamento;
- Assim foi sempre o Eng. Florentino que assumiu perante as entidades públicas, no Livro de Obra e outros documentos, a condição de Técnico de Obra;



- Acontece que, por motivos relacionados com a necessidade de instruir formalmente o pedido de licenciamento do referido Restaurante Torre de Matosinhos, o participado emitiu a declaração que esta parte da obra, o referido Restaurante e apenas este, se encontrava concluído e em conformidade com o projeto aprovado e com as alterações correspondentes ao aditamento apresentado à citada e específica obra;
- Não obstante, ao identificar-se como Diretor Técnico da Obra, que só formalmente não tinha sido, cargo que partilhou com o Eng. Florentino, obrigou a que fosse pedida a substituição do Eng. Florentino dessa qualidade, junto dos Serviços Camarários, apenas por existirem, em simultâneo dois Diretores Técnicos para a mesma obra;
- O pedido, instruído junto da C.M. Matosinhos, foi indeferido, por ter sido excedido o prazo previsto para a conclusão da obra, no título então emitido, pelo que o Termo de Responsabilidade nunca foi formalmente utilizado no processo de licenciamento, nem gerou nenhum efeito processual ou de facto;
- Porém, apesar de rejeitado o pedido de substituição, entendeu a C.M. Matosinhos, isolar o termo de responsabilidade do Diretor Técnico de Obra, que o participado emitiu para a hipótese de ter sido deferida a substituição do técnico da obra, pelas particularidades, no processo, da obra do Restaurante.

III - Da prova testemunhal

Veio o Eng. Florentino Dias (fls. 33 e 34), dizer:

- que conheceu pessoalmente o Eng. Luís Almeida e Sousa, com quem colaborou na mesma empresa durante cerca de uma década. Foi sempre um colega extremamente responsável e uma referência profissional e ética para os colegas mais jovens;
- de facto, durante anos a empresa em que à época laborava, a Contacto – Sociedade de Construções, SA, foi integrante do Grupo Sonae pelo que teve a responsabilidade da construção da generalidade dos seus empreendimentos ou intervenções de remodelação. Assim, o Eng. Florentino e outros colegas foram chamados a intervir na qualidade de Diretores Técnicos, na qualidade de colaboradores, assumindo as responsabilidades inerentes;
- a seu tempo, as empreitadas gerais eram divididas em subempreitadas constratas em regime particular que se convencionou designar por “open-book”, isto é, com total e transparente participação do Dono da Obra e Empreiteiro Geral;
- Nesta envolvente, sempre foi exigido que as entidades subcontratadas estivessem totalmente habilitadas para o exercício e tivessem quadro técnico capaz de assumir as responsabilidades técnicas e legais inerentes, com a indicação de um técnico responsável;
- Este facto não diminuía as responsabilidades legais do Empreiteiro Geral nem do Diretor Técnico que permaneciam até à conclusão de empreitada, do licenciamento, ou mesmo até à receção definitiva;
- Neste caso concreto, provavelmente porque entretanto as condições se alteraram com a alienação da Contacto a outro grupo económico, gerou-se o dito equívoco, não imputável ao Eng. Luís Almeida e Sousa;



- Foi proposto pelo promotor a alteração de diretor técnico, que não foi aceite pela C.M. Matosinhos, tendo-se mantido a situação anterior;
- Assim, o Eng. Luís Almeida e Sousa foi o técnico responsável pela execução de uma parte de obra, aliás uma remodelação de pequena monta e relativamente pouco importante quando comparada com as construções e outras intervenções no mesmo enquadramento do Norte Shopping e Hipermercado Continente de Matosinhos, entretanto realizada em regime de empreitada direta para o Dono da Obra;
- Eu próprio fui formalmente o diretor técnico assumido desde o início, de facto, e perante a entidade licenciadora.

III – Do Direito

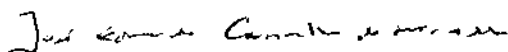
A acção disciplinar contra ex-membros dos órgãos dirigentes da Ordem compete em conjunto ao CJ e ao CDN (nº 4 do art. 9º do RD) vai a presente participação disciplinar ser decidida por aqueles órgãos.

Chegados até aqui, ao analisar a participação e a resposta do participado, ambas suportadas com documentos, e posteriormente o testemunho do Eng. Florentino Dias, e não tendo havido qualquer resposta por parte da Câmara (Participante), conclui-se que não se vislumbra nos factos descritos, qualquer ilícito disciplinar pelo que só se poderá proceder ao respetivo arquivamento dos autos.

IV – Decisão

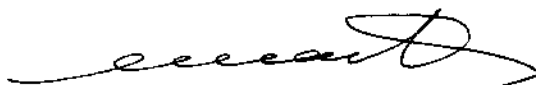
O Conselho Jurisdicional propõe determinar o arquivamento da presente participação, por se considerar não ter sido provada qualquer violação dos preceitos do Código Deontológico.

Lisboa, 4 de julho de 2013.



José Matos e Silva

(Presidente do Conselho Jurisdicional e Relator)



Joaquim Manuel Veloso Poças Martins

(Membro do Conselho Jurisdicional)